

Ana Abrunhosa entende que “se critério da população continuar”, o Interior está “condenado”

A ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, disse hoje que o país precisa de alterar os critérios de criação...

... de serviços públicos para inverter a perda de população nos territórios do interior.

Na Guarda, na sessão comemorativa do Dia da Cidade, Ana Abrunhosa afirmou que “enquanto no país não mudarmos os critérios que presidem à criação dos serviços, e que presidem ao que quer que seja, os territórios do Interior vão sair sempre a perder”.

Segundo a ministra, a “primeira coisa” a fazer no país é “alterar os tradicionais critérios que levam à criação de tribunais, que levam à ampliação de centros de saúde, escolas, porque não há desenvolvimento do Interior enquanto forem estes os critérios a presidir às decisões políticas”.

“É a primeira grande mudança que temos que fazer, sob pena de termos um país abandonado, mas depois o preço que pagamos por esse abandono é bem mais elevado. Lembremo-nos dos incêndios, apenas”, concluiu a governante no seu discurso.

No final da sessão, em declarações aos jornalistas, Ana Abrunhosa referiu que para a criação de serviços o critério considerado é, “em geral”, o critério da população.

“Se continuar a ser esse critério da população a presidir à escolha do local dos serviços, estes territórios [do Interior] estão sempre condenados e, portanto, vão estar sempre a perder população, nunca vamos conseguir contrariar este círculo vicioso”, justificou.

Daí que, na sua opinião, “os critérios têm que mudar”, até porque os territórios do Interior “dão muito ao país”. “Dão a boa água, dão o bom ar, dão os bons alimentos e, portanto, o país tem uma dívida com estes territórios”, rematou.

Na sua intervenção, Ana Abrunhosa referiu ainda que o Governo tem um Ministério para a Coesão Territorial “para garantir que o Interior está próximo, que o Interior tem uma voz, que o Interior será ouvido”.

Disse ainda que o Interior “é muito diverso” e afirmou que não acredita que “seja só com medidas transversais”, como a redução das portagens nas autoestradas e dos impostos para as famílias e para as empresas, que seja alterada a realidade atual dos territórios mais desfavorecidos.

“Elas [as medidas] são importantes, não estou com isto a dizer que não as defendo, mas acredito que é olhando para cada território ‘per si’, tendo em conta as suas especificidades. Também não acredito que é com 100 projetos ou 100 anúncios que conseguimos alterar a realidade. É um passo de cada vez”, declarou.

E, a rematar, a titular da pasta da Coesão Territorial afirmou: “Mas uma coisa eu acredito: é que a transformação, a revitalização destes territórios, tem que ter como âncora estas cidades [como a Guarda]. E, depois, também não podemos esquecer os territórios rurais, para os quais temos que ter projetos concretos”.